



ROGÉRIO CARVALHO, deputado federal pelo PT de Sergipe

Rogério Carvalho diz que não há qualquer revanche do Legislativo e nem do Executivo contra o Judiciário nacional, defende a candidatura de Déda ao Senado e a de Jackson, ao Governo

“É chavismo discutir o Estado?”

■ Relator da Comissão Especial de Aprimoramento das Instituições Brasileiras constituída pela Câmara Federal, o deputado Rogério Carvalho, PT, tem levado pancadas na mídia nacional por ser associado a uma ação revisionista que estaria com a intenção de solapar a Constituição de 1988 e enfraquecer o Poder Judiciário do País, sobretudo o Supremo Tribunal Federal - STF - que julgou no ano passado o maior escândalo da República, o Mensalão, protagonizado exatamente por figurões do partido dele.

Mas não há uma visão mais equivocada e distorcida do que essa. Quem pensa assim é o próprio Rogério Carvalho. Para ele, não há o menor conflito de interesse entre os Poderes Legislativo e Executivo com o Poder Judiciário. “As regras que estão na Constituição sobre o papel do Congresso Nacional, da Justiça Brasileira e do Poder Executivo estão muito bem definidas e são hoje suficientes para a gente consolidar a nossa democracia”, diz ele, com uma confundível leveza.

Mas Rogério Carvalho não se contenta com os críticos mais aguerridos. “É caudilhismo, é chavismo, discutir o Estado brasileiro como deputado? Então, eu não sei o que é ser deputado. Eu não sei o que é exercer o papel de representação da sociedade, senão o de debater o Estado e a sociedade. Discutir as instituições, aprimorar e consolidar a democracia”, afirma o deputado.

Em entrevista ao Cinform, Rogério fala, ainda, do futuro do PT de Sergipe face às situações de saúde de Marcelo Déda - que ele quer ver disputando o Senado ano que vem - e de José Eduardo Dutra, e diz que tem “possibilidade de Jackson Barreto ser nosso candidato a governador”. Leia.

Cinform - Quais serão, ou seriam mesmo, as atribuições da Comissão Especial de Aprimoramento das Instituições Brasileiras constituída pela Câmara?

RC - Apresentar propostas de aprimoramento do Estado, das instituições e da participação da sociedade para consolidar a democracia. Faremos uma reflexão sobre o sistema de Governo, o papel das instituições democráticas e dos Governos, os exageros dessas instituições, a questão da regulamentação do artigo 23 da Constituição, que trata da complementaridade entre entes na concepção e na garantia dos direitos e os mecanismos de participação da sociedade para promover a desmarginalização das estruturas de Estado e de Governo. Estes são os desafios que a gente terá ao final do período de funcionamento da Comissão. Os trabalhos começaram no final de 2012 e vão até o início de 2015. Fizemos a primeira reunião há cerca de 20 dias, quando tivemos a primeira discussão do tema Governo x Estado. Até agosto, teremos mais quatro audiências públicas.

Cinform - Como é que o senhor vê a constatação de segmentos da sociedade brasileira, de que essa Comissão é casuística e seria uma tentativa do Executivo e do Legislativo nacional sob inspiração petista, fazer revanche ao Judiciário, notadamente ao STF, por ter julgado o Mensalão?

RC - Eu acho isso uma tremenda bobagem que se tentou passar, porque a Comissão teve a criação proposta em 2011, e não tinha nem previsão de data de julgamento de Mensalão. Quem preparou a proposta fui eu, inclusive numa viagem com o bispo auxiliar de Aracaju Dom Henrique. Falamos por duas horas sobre o Estado brasileiro e ele disse a mim,

“porque é que você não tratou dessas questões?” Foi quando eu tive a ideia de propor uma Comissão Especial. Levei o tema para o líder do PT, Paulo Teixeira, que assumiu como requerimento da liderança, propôs e o presidente da Câmara criou a Comissão. Então, isso não teve nenhuma motivação, senão a minha vontade legítima de parlamentar de fazer uma discussão de fundo, estratégica, sobre democracia e as instituições. Em nenhum momento focamos o debate sobre o tema do Executivo Legislativo x Judiciário. A Comissão trata de uma coisa muito mais ampla. E esse tema Legislativo x Judiciário deve ocupar menos de 2% do trabalho dela.

Cinform - Essa comissão da qual o senhor é relator não estaria querendo solapar o papel de uma Assembleia Nacional Constituinte?

RC - Não. É uma comissão de estudos, muito pelo contrário. Se o parlamentar propõe debater, ele está solapando algo que não existe se ele não debate, é inepto, ele é ineficiente. Eu estou cumprindo de forma rigorosa o meu papel de parlamentar de propor e desenvolver o trabalho de uma comissão de estudos, de apresentar caminhos para a sociedade brasileira. Nós temos várias questões de fundo, que são absolutamente pertinentes, necessárias para a consolidação da institucionalidade da nossa República e que precisamos discutir mais.

Cinform - O senhor acha que o Judiciário brasileiro é exorbitante e que precisa ser tutelado ou delimitado?

RC - Eu acho que a relação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário no Brasil caminha da forma mais harmônica e sem grandes problemas. Particularmente, em todas as discussões que tenho acompanhado nessa Comissão, a nossa crise não é com o Judiciário. Nós não temos uma crise do Legislativo com o Judiciário, nem do Executivo com o Judiciário. Temos uma Constituição que estabelece com muita clareza os papéis dos poderes. Acho que a gente tem que, na questão das instituições democráticas e na democracia, avaliar inclusive outras instituições que talvez requeiram da gente muito mais atenção do que a relação do Executivo, Legislativo e do Judiciário.

Cinform - Isso não lhe cheira caudilhesco latino-americano, meio Hugo Chávez?

RC - É caudilhesco, é chavismo, discutir o Estado brasileiro como deputado? Então, eu não sei o que é ser deputado. Eu não sei o que é exercer o papel de representação da sociedade, senão o de debater o Estado e a sociedade. Discutir as instituições, aprimorar e consolidar a democracia.

Cinform - Qual é a opinião pessoal do senhor para a existência do Mensalão e para com a ida dele a julgamento?

RC - Minha opinião é a de que se teve denúncia, vá a julgamento. Foi a julgamento, pronto, acabou. Não tem discussão sobre isso. As pessoas foram acusadas, foram a julgamento e tem que seguir todo o rito, que é reservado a qualquer cidadão brasileiro. O rito que a Constituição garante é o direito de defesa e de não ser prejudicado por nenhum motivo no seu julgamento, como é facultado a qualquer cidadão brasileiro. Não tem o que discutir essa questão do Mensalão. Acho que a Justiça tem que cumprir o seu papel e, pelo que estou entendendo, tem cumprido.

Cinform - O senhor não acha que uma legislação mais frouxa, com um Ministério Público e o Judiciário garroteados, faria o campo mais aberto para a fecundação da corrupção do Brasil?

RC - Não tem debate sobre isso na Comissão em que eu sou relator. Essa Comissão está discutindo o sistema de Governo, que não tem a ver com a forma como a Justiça opera, como o **Ministério Público** e os operadores de direito trabalham. O sistema de Governo tem a ver com as decisões que são construídas e implementadas no País. Nosso objetivo na comissão vai além, e o debate sobre o Judiciário e o Ministério Público, o que define o rigor, não é o nosso foco. Isso é história jurídica do País. A comissão não tem essa pretensão. A relação do Congresso com o Supremo está claramente definida na Constituição. Eu, particularmente, acho que o papel que está inscrito na Constituição é mais radical do que inclusive as propostas das PECs. Creio que não necessita de mudança. As regras que estão na Constituição sobre o papel do Congresso Nacional, da Justiça Brasileira e do Poder Executivo estão muito bem definidas e são hoje suficientes para a gente consolidar a nossa democracia.

Cinform - O senhor é a favor ou contra as Propostas de Emenda Constitucional - PECs - 37, de autoria do deputado federal Lourival Mendes, PTdoB - MA, que limita o poder investigatório do Ministério Público e a 33, de autoria do deputado Nazareno Fonteles, PT - PI, que impõe limites ao poder do Supremo Tribunal Federal?

RC - Da PEC do Ministério Público, eu ainda não tenho uma opinião formada, e a PEC de autoria do deputado Nazareno Fonteles, é uma que tem o apoio de grandes juristas brasileiros sobre a pertinência. Existe, na Constituição, aquilo que está na PEC.

Cinform - Quer impedir a criação de novos partidos ou dificultar a existência dos pequenos já organizados, o senhor não acha que é um abuso ou um golpe democrático? E nisso o Supremo Tribunal Federal não deveria intervir, como de fato o fez?

RC - Nesse caso, o STF foi chamado a discutir, mas isso é um abuso do Supremo, porque ele não pode interferir quando não há fato. Ele não pode interferir no processo legislativo, impedindo que o debate democrático ocorra, porque isso é interferência direta naquilo que é prerrogativa do Legislativo. Ele não pode, porque impedir o funcionamento do Congresso é ferir de morte a democracia. Nesse caso, a sociedade tem que analisar quem extrapolou, e talvez tenha sido o STF. Quanto ao fato em si, não há proibição de criação de partido. Só há um tipo de proibição nesse debate: é criar um partido novo, levar parlamentares e carregar o Fundo Partidário e o tempo de televisão.

Cinform - Com a inabilitação, por problemas de saúde, de Marcelo Déda, e de José Eduardo Dutra, qual é a leitura que o senhor faz do futuro do PT de Sergipe? Ele se acaba em 2014?

RC - Para 2014, o PT já tem inclusive as suas definições. Temos um candidato a senador, que é Marcelo Déda, eu sou candidato a reeleição, Márcio Macedo também é candidato a reeleição, nossos deputados estaduais são candidatos a reeleição e outras lideranças do partido têm se colocado na possibilidade de disputar mandato eletivo. José Eduardo Dutra fez uma opção de estar, nesse momento, militando no campo do Executivo. É diretor da quarta maior empresa petrolífera do mundo, portanto, está desempenhando uma função estratégica, tem garantido que Sergipe receba investimentos agora do Pré-Sal, que não estava programado. A presença dele lá tem fortalecido isso. Eu acho que não tem indefinições e nem interrupção da história do PT no Estado. Estamos fazendo as caravanas, mobilizando o partido e tem uma definição clara com relação a uma aliança preferencial com o PMDB, com a possibilidade de Jackson Barreto ser nosso candidato a governador. Talvez, quem mais tenha definição de futuro e de construção mais clareza de caminho hoje na política sergipana seja o PT.

Cinform - Que tipo de tempo o senhor tem dedicado à organização do partido em Sergipe?

RC - Sou presidente interino do PT. O presidente eleito é Silvio Santos. Assumi a Presidência nos meses de julho a dezembro do ano passado e reassumi no início de abril. Nesses sete meses, estamos criando uma agenda do partido, com caravanas. No último fim de semana, estivemos na região Glória; no dia 25, estaremos em Lagarto; no dia 8 de junho, em Aracaju e temos ainda uma previsão para o Vale do Cotinguiba. Na atividade política, 70% do meu tempo é dedicado ao PT.

Cinform - Que quadros o PT teria para tentar o Governo de Sergipe em 2014 ou 2018, ou Prefeitura de Aracaju em 2016?

RC - Temos vários quadros em formação na juventude e movimento sindical. Hoje, temos na Câmara de Aracaju os vereadores Iran Barbosa, Emerson Ferreira e Emmanuel Nascimento; na Assembleia, os deputados estaduais Francisco Gualberto, Conceição Vieira, João Daniel e Ana Lúcia Menezes. Na Câmara Federal, temos eu e Márcio Macedo, além do governador Marcelo Déda, José Eduardo Dutra, do secretário da Casa Civil, Silvio Santos; do prefeito de Tobias Barreto, Adilson de Agripino, José Leal. Enfim, temos pelo menos 20 quadros políticos que podem a qualquer tempo disputar a eleição de 2014 e 2016. Tem que esperar passar 2014 para saber como é que vai ficar a disputa em 2016.

Cinform - Existe alguma definição em relação a disputa da eleição para a Prefeitura em 2016?

RC - João Alves não é o nosso prefeito. Não é o prefeito da nossa preferência. Não é. Mas essa discussão a gente ainda não está fazendo. O nosso foco agora é 2014.